



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**

**2ª PROVA DO XXI CONCURSO DA MAGISTRATURA**

Instruções aos Candidatos:

- 1) A prova contém **três cadernos**, assim compostos:
  - a) **Caderno de Questões:** contém a presente folha de instruções e duas folhas (somente frente) com as dez questões da prova.
  - b) **Caderno de Respostas:** contém capa, folha de rosto e vinte folhas para respostas, em frente e verso.
  - c) **Caderno de Rascunho:** contém dez folhas identificadas para rascunho, em frente e verso.
- 2) Em HIPÓTESE ALGUMA haverá **acréscimo ou substituição** de folhas dos cadernos de prova.
- 3) Em HIPÓTESE ALGUMA as **folhas de rascunho** serão objeto de análise e correção pela Banca Examinadora.
- 4) **Não** assine, assinale, amasse, dobre ou rasure o caderno de respostas, tampouco proceda a qualquer lançamento que viabilize a sua identificação.
- 5) **Não** faça qualquer lançamento na **folha de rosto** do caderno de resposta, destinada ao lançamento de notas pelos corretores.
- 6) Responda às questões pela ordem numérica que reputar mais conveniente, identificando **EXPRESSAMENTE** o **número da questão** a que se refere a respectiva resposta. Não transcreva a questão.
- 7) **Não** é permitida qualquer consulta à banca ou aos fiscais de sala referente às questões de prova.
- 8) Ao final da prova, entregue ao fiscal de sala **integralmente os cadernos de respostas e de rascunho**.
- 9) Se desejar, **leve o caderno de questões**.
- 10) A prova terá duração de **4 (quatro) horas**.
- 11) Nas notas a serem atribuídas serão consideradas positivamente a clareza, a objetividade e a precisão das respostas, bem como a correção vernacular do texto. Também será avaliada a percepção de todas as alternativas **teóricas e práticas** que o problema proposto possa trazer e a **amplitude da resposta** dada pelo candidato.
- 12) Afirmações corretas mas **desprovidas de fundamentação suficiente** serão consideradas incorretas ou receberão baixa nota. Serão também desconsiderados fundamentos que, embora tecnicamente corretos, sejam **inadequados para a solução do problema/questão proposto**.

**BOA PROVA !!!**

QUESTÃO 01. Um empregado, no exercício da função de chefe de setor, trabalhava das 20h00min às 05h00min, com 01h00min de intervalo, de segunda a sábado, exceto em feriados. Cumpria jornada externa, com o objetivo de fiscalizar a frequência ao trabalho de outros empregados da sua empregadora que prestavam serviços em empresas clientes localizadas dentro da mesma cidade e que atendiam ao público durante 24 horas por dia. Recebia todo mês até a dispensa imotivada um salário fixo de R\$ 600,00, correspondente ao piso salarial da categoria, mais um valor de R\$ 100,00 para reembolso do combustível utilizado neste trabalho. No que diz respeito ao tema duração do trabalho, há direito a alguma verba trabalhista? Em caso positivo, quais verbas seriam devidas a este empregado, quais os parâmetros de cálculo destas verbas e seus fundamentos jurídicos?

QUESTÃO 02. Discorra sobre a relação entre a aposentadoria espontânea do empregado e a manutenção do seu contrato de trabalho.

QUESTÃO 03. Diferencie contrato de emprego dos contratos de empreitada, representação comercial e parceria.

QUESTÃO 04. Antônio é empregado de empresa brasileira e foi contratado para trabalhar no Paraguai, mais especificamente na filial da empresa em Assunção. Lá trabalhou de 2000 a 2007, quando teve extinto o contrato, sem motivo justo. Diante disto, retornou ao Brasil, Curitiba. Aqui, ajuizou reclamatória trabalhista, que tramita perante a 20ª Vara do Trabalho. Esta Vara do Trabalho tem competência para apreciar a demanda em questão? Qual o direito material aplicável a este contrato de trabalho?

QUESTÃO 05. Sobre a ação anulatória de cláusula de convenção coletiva responda:

- a) Qual Juízo detém competência material e funcional para apreciar o mérito?
- b) Quem tem legitimidade para propor a ação?
- c) Os efeitos da decisão são *erga omnes* ou entre partes?

QUESTÃO 06. Aplica-se no processo do trabalho a tutela inibitória? Justifique.

QUESTÃO 07. Como se distingue a boa-fé subjetiva da boa-fé objetiva, e na primeira espécie, a boa-fé psicológica da boa-fé ética? Nos termos do Código Civil, qual a relação da boa-fé com os negócios jurídicos e qual a natureza do ato que manifestamente excede os limites da boa-fé, ainda que no exercício de um direito?

QUESTÃO 08. Sobre o controle da constitucionalidade das leis no Brasil, responda, fundamentadamente:

- a) Uma norma da Constituição Federal pode ser declarada inconstitucional?
- b) Um ato normativo secundário, como um decreto regulamentador de uma lei federal, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade?
- c) Considerando a legitimidade outorgada pelo artigo 103 da Constituição Federal, as confederações sindicais são legitimadas para propor ação direta de inconstitucionalidade sobre qualquer matéria?

**QUESTÃO 09.** O Município de Gotham City publicou edital para realização de concurso público para o provimento de 8 vagas para advogado, 10 vagas para dentista e 9 vagas para enfermeiro. Tendo em vista a omissão do edital, José da Silva, deficiente físico, impetrou mandado de segurança com pedido liminar para assegurar a realização da inscrição para o concurso em vaga destinada especificamente a pessoas com deficiência. O Município apresenta defesa argumentando que não há legislação que obrigue o Município a prever vagas separadas para pessoas com deficiência; que dentro da programação do Município será realizado posteriormente concurso para provimento de cargos de auxiliar de limpeza, função mais compatível com eventual deficiência, e que nesse sim, pretende disponibilizar vagas para pessoas com deficiência; que os cargos objeto do concurso exigem nível superior, o que normalmente não se encontra em pessoas com deficiência e que tanto o local de trabalho quanto o de realização das provas não são adaptados, o que impede a realização da prova e a prestação de serviços por eventual candidato deficiente. Resolva a questão à luz dos princípios e garantias fundamentais, enfocando em especial o princípio da igualdade e as ações afirmativas, bem como dos princípios constitucionais que regem o provimento dos cargos públicos.

**QUESTÃO 10.** No que diz respeito aos servidores públicos:

- a) Distinga servidor público, funcionário público, empregado público e agente político.
- b) Fale sobre o direito de greve dos servidores públicos, na falta da lei regulamentadora exigida pelo artigo 37, VII, da CFR.
- c) Servidores públicos celetistas, que preencham os requisitos estabelecidos no artigo 461 da CLT, têm direito à equiparação salarial entre si? Justifique.